



AO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024

PROCESSO Nº 23034.009988/2024-66

RECORRENTE: Logiks Consultoria e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.

CNPJ: 07.696.132/0001-49

RECORRIDA: G4F Soluções Corporativas LTDA

CNPJ: 07.094.346/0001-45

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

1. DOS FATOS

A empresa Logiks Consultoria e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. apresenta, com base na Lei nº 14.133/2021 e na legislação correlata, bem como nas condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, recurso administrativo contra a classificação da empresa G4F Soluções Corporativas LTDA, por não atender às exigências editalícias previstas no item 4.3.4.

A G4F declarou, no sistema de licitações, que atendia às exigências do edital relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD), em conformidade com o art. 93 da Lei nº 8.213/1991. Entretanto, verifica-se que a referida empresa não cumpre o percentual mínimo de contratação de profissionais PCD, conforme exigido pelo edital e pela legislação vigente, fato comprovado por meio de consulta à certidão emitida no site do Ministério do Trabalho e Emprego ("<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>").

As evidências apontam que a quantidade de profissionais PCD contratados pela G4F é inferior ao estipulado pela legislação, configurando descumprimento das normas de habilitação. Tal irregularidade compromete a lisura do processo licitatório e ***prejudica a isonomia entre os participantes do certame.***

A certidão de não cumprimento as cotas de PDC pela empresa G4F, se encontra anexa a esse recurso.



SCN Quadra 05, S/N Bloco A

Torre Norte, sala 1118, Brasília Shopping



(61) 3201-0834



logiks.com.br

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Descumprimento das Quotas Legais para PCD

Nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, é obrigatório que empresas com 100 ou mais empregados reservem de 2% a 5% de seus cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, conforme o número total de empregados, conforme segue:

- I - até 200 empregados: 2%;
- II - de 201 a 500 empregados: 3%;
- III - de 501 a 1.000 empregados: 4%;
- IV - acima de 1.000 empregados: 5%.

A G4F não alcança os percentuais mínimos exigidos pela legislação, conforme demonstram os documentos consultados no portal do Ministério do Trabalho e Emprego. Ressalta-se que o cumprimento dessa exigência é um requisito obrigatório e de ordem pública, não podendo ser flexibilizado nem suprido em momento posterior à habilitação.

2.2. Exigências do Edital e da Lei nº 14.133/2021

O edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, estabelece a obrigatoriedade de comprovação do cumprimento das normas de reserva de cargos na fase de habilitação. Nesse contexto, o art. 63 da referida lei determina:

“Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.”

Ainda, o art. 116 da mesma lei reforça que o cumprimento das normas relativas à reserva de cargos deve ser mantido durante toda a execução do contrato. Dessa forma, a declaração apresentada pela G4F, ao não corresponder à realidade, configura falsa declaração e compromete sua habilitação no certame.

“Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.”



2.3. Jurisprudência Aplicável

Decisões em processos licitatórios semelhantes reforçam que o descumprimento das exigências legais é motivo suficiente para desclassificação de licitantes. Em especial, cita-se o Pregão Eletrônico PE11/2023, da SEFAZ-SP, no qual a não comprovação de atendimento às quotas legais para PCD levou à desclassificação de concorrentes.

O processo citado pode ser verificado no processo seletivo disponível no Sistema Comprasnet a qual a SEFAZ SP – Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo contrata via PE11/2023 serviços de Tecnologia da Informação.

Segue o chat do referido pregão referente a inabilitação no tocante as cotas de PCD:

| | | |
|--|---------------------|--|
| Sistema para o participante 05.510.654/0004-21 | 08/11/2023 14:53:49 | EMPREGADOR: ALGAR TI CONSULTORIA S/A CNPJ: 05.510.654/0004-21 CERTIDÃO EMITIDA em 08/11/2023, às 14:50:01 |
| Sistema para o participante 05.510.654/0004-21 | 08/11/2023 14:54:33 | Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), recebidos e processados até a data abaixo informada, certifica-se que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991. |
| Sistema para o participante 05.510.654/0004-21 | 08/11/2023 14:55:08 | Informamos que a empresa será desclassificada |
| Sistema para o participante 02.877.566/0001-21 | 08/11/2023 15:02:19 | Sr Licitante informamos que conforme requerimento recebido o nome da empresa constou estar com a certidão do Ministério do Trabalho e Emprego irregular. |
| Sistema para o participante 02.877.566/0001-21 | 08/11/2023 15:02:39 | Em consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego constatasse que está irregular nesta data. |

| | | |
|--|---------------------|--|
| Sistema para o participante 02.877.566/0001-21 | 08/11/2023 15:03:06 | EMPREGADOR: IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA CNPJ: 02.877.566/0001-21 CERTIDÃO EMITIDA em 08/11/2023, às 14:55:57 |
| Sistema para o participante 02.877.566/0001-21 | 08/11/2023 15:03:33 | Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), recebidos e processados até a data abaixo informada, certifica-se que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991. |
| Sistema para o participante 02.877.566/0001-21 | 08/11/2023 15:03:55 | Informamos que a empresa será desclassificada. |
| Sistema para o participante 07.094.346/0001-45 | 08/11/2023 15:06:21 | Sr Licitante informamos que conforme requerimento recebido o nome da empresa constou estar com a certidão do Ministério do Trabalho e Emprego irregular. |
| Sistema para o participante 07.094.346/0001-45 | 08/11/2023 15:06:33 | Em consulta ao Ministério do Trabalho e Emprego constatasse que está irregular nesta data. |



| | | |
|---|---------------------|--|
| Sistema para o participante 07.094.346/0001-45 | 08/11/2023 15:06:46 | EMPREGADOR: G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA CNPJ: 07.094.346/0001-45 CERTIDÃO EMITIDA em 08/11/2023, às 15:05:29 |
| Sistema para o participante 07.094.346/0001-45 | 08/11/2023 15:07:13 | Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), recebidos e processados até a data abaixo informada, certifica-se que o empregador acima identificado emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991. |
| Sistema para o participante 07.094.346/0001-45 | 08/11/2023 15:07:24 | Informamos que a empresa será desclassificada |

2.4. Princípios Licitatórios

A habilitação da G4F em desacordo com os requisitos legais viola os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório. Essa situação compromete a equidade entre os participantes e prejudica a escolha da melhor proposta para a administração pública.

Ademais, a obrigação de contratar pessoa com deficiência “PCD” é a mesma para todos os licitantes, as dificuldades em obter mão de obra de PCD são as idênticas para todos os licitantes, e o cumprimento da lei exige esforço e boa vontade, adequação e principalmente, investimento, criação de cargos e de tarefas personalíssimas.

2. DO REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O conhecimento e provimento integral deste recurso administrativo;
2. A reforma da decisão da Douta Comissão de Licitações;
3. A desclassificação da empresa G4F Soluções Corporativas LTDA por descumprir os requisitos de habilitação previstos no edital e na legislação aplicável.

Pugna-se pela rigorosa aplicação da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 8.213/1991 e do edital, a fim de assegurar a regularidade do certame e a observância dos princípios licitatórios.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 24 de janeiro de 2025.

Paulo Cesar Rossigneux Vieira
Diretor Comercial
CPF: 334.105.691-20
RG: 703633 SSP/DF





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA

CNPJ: 07.094.346/0001-45

CERTIDÃO EMITIDA em 24/01/2025, às 15:58:53

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 21/01/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **nxTlw5iq3Gt6IqP**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 21/01/2025. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 21/01/2025 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).